



**PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº 35/2022-PRIMEIRA CÂMARA**

- 1. Processo nº:** 11567/2020  
**1.1. Apenso(s)** 11823/2019, 3165/2020  
**2. Classe/Assunto:** 4.PRESTAÇÃO DE CONTAS  
2.PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO - CONSOLIDADAS - 2019  
**3. Responsável(eis):** ANTONIO LUIZ PEREIRA SILVEIRA - CPF: 26071045134  
**4. Origem:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS  
**5. Relator:** Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO  
**6. Distribuição:** 5ª RELATORIA  
**7. Representante do MPC:** Procurador(a) ZAILON MIRANDA LABRE RODRIGUES

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PREVIDENCIÁRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO - CONSOLIDADAS. DÉFICIT FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. AUSÊNCIA DE REGISTRO CONTÁBIL DAS OBRIGAÇÕES. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - DEA. PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO.

**8. DECISÃO**

VISTOS, discutidos e relatados os presentes autos que tratam das Contas Anuais Consolidadas, de responsabilidade do senhor Antônio Luiz Pereira Silveira, Chefe do Poder Executivo do Município de Goiatins- TO, relativas ao exercício financeiro de 2019, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 28 do Regimento Interno.

Considerando a Resolução Pleno TCE/TO nº 628/2020 e o julgamento da Repercussão Geral, tema 835, do Recurso Extraordinário nº. 848826-STF, a apreciação das contas dos prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, é de competência das respectivas Casas Legislativas, portanto, esta Corte entendeu, por meio da sobredita Resolução, que as contas de ordenadores do exercício 2019, cujas Contas Consolidadas dos respectivos exercícios ainda não tenham recebido Parecer, devem ser apensadas a essas para que recebam Parecer Prévio único;

Considerando o disposto no art. 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando a uniformização do procedimento para as contas de 2018, 2019 e 2020, e sistematizando o entendimento das Resoluções nºs 628/2020 e 930/2021, uma vez que as contas consolidadas contemplam a 7ª remessa;

Considerando que, ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento destas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando que a manifestação ora exarada se baseia exclusivamente no exame de documentos sob o aspecto da veracidade ideológica presumida;

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas contas dependem de julgamento por

este Tribunal;

Considerando tudo que há nos autos.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pela Relatora, em:

8.1. Emitir Parecer Prévio pela **Rejeição** das Contas Anuais Consolidadas de responsabilidade do senhor **Antônio Luiz Pereira Silveira**, chefe do Poder Executivo do Município Goiatins - TO no **exercício financeiro de 2019**, as quais contemplam os demonstrativos contábeis referentes a 7ª (sétima) remessa do SICAP-Contábil, nos termos dos artigos 1º, incisos I, 10, II e 103 da Lei Estadual nº 1284/2001 c/c artigo 28 do Regimento Interno desta Corte de Contas em vista as seguintes irregularidades:

1. Déficit orçamentário consolidado e nas fontes de recursos 010- recursos próprios de R\$ 1.406,386,01, 30- FUNDEB de R\$ 2.208.283,79, 200 a 299- transf. educação de R\$ 149.151,79, 040- ASPS de R\$ 547.414,89, 700 a 799- Transf. assistência social de R\$ 154.443,65 e 2000 a 2999- convênios de R\$ 513.700,30 (itens 5.1 e 5.1.1 do relatório), em desconformidade com o artigo 1º §1º, 8º, e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal (Item 2.1 da IN TCE nº 02/2013- Restrição de Ordem Legal Gravíssima). Análise ocorrida nos itens 8.7.1 a 8.7.1.3 do voto.

2. Houve déficit financeiro nas fontes de recursos: 010- próprios (R\$ 2.109.965,23), 020- Recursos do MDE (R\$ 24.653,08); 0030- Recursos do FUNDEB (R\$ 808.374,85); 40- ASPS (R\$ 188.946,37) e 0200 a 0299 - Recursos Destinados à Educação (R\$ 117.487,34) em descumprimento ao que determina o art. 1º § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Item 7. 2.7 do Relatório). Item 2.15 da IN TCE/02/2013 - Restrição de ordem legal gravíssima. Análise ocorrida nos itens 8.8.1 e 8.8.2 do voto.

3. Saldo na conta contábil 1134000 danos ao patrimônio no valor de R\$ 26.678.243,29 contabilizado no ativo financeiro foi indevido, alterando o resultado patrimonial (Parecer Prévio nº 104/2020-autos nº 5370/2019) (item 7.1.1.2 do relatório técnico). Item 2.3 da IN TCE/TO nº 02/2013 - Restrição de ordem legal gravíssima. Análise ocorrida no item 8.8.3 ao 8.8.3.3 do voto.

4. Despesas de exercícios anteriores no montante de R\$ 2.094.290,27, sem o devido reconhecimento na contabilidade, em desconformidade com o Resolução Plenária-TCE/TO nº 265/2018 (item 5.1.1, letra "c" e 8 do relatório técnico). Item 2.2, 2.5 e 2.7 da INTE TCE/TO nº 02/2013 - Restrição de Ordem Legal Gravíssima. Análise ocorrida no item 8.8.4 e 8.8.4.1 do voto.

8.2. Ressalvas:

1. O Município de Goiatins não registrou nenhum valor na conta "Créditos Tributários a Receber" em desconformidade ao que determina o MCASP. (Item 7.1.1.1 do Relatório). Análise ocorrida no item 8.8.5 do voto. Ressalvas.

2. Indício de falta de planejamento da entidade, pois não tem o estoque dos materiais necessários para o mês de janeiro de 2020 (Item 7.1.1.3 do Relatório). Análise ocorrida no item 8.8.6 do voto. Ressalvas.

3. O limite da despesa com pessoal consolidado alcançou 57,82%, da Receita Corrente Líquida, estando acima do limite prudencial (Item 9.2.1 do Relatório). Análise ocorrida no item 8.14.1 ao 8.14.3 do voto. Período de recondução. Ressalvas e Determinação.

4. Divergência entre o registro orçamentário e patrimonial da contribuição vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS (Item 9.3.1 do Relatório, quadro 34 e 35). Análise ocorrida no item 8.15.2 do voto. Ressalvas.

5. Verifica-se que o município não alcançou a meta prevista no índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB no(s) ano(s) 2013, 2015 e 2019, em desconformidade ao Plano Nacional de Educação (Item 10.1 do Relatório). Análise ocorrida no item 8.10.2.1 do voto. Ressalvas.

6. Falhas na utilização da receita do FUNDEB e na codificação das respectivas fontes de recursos do referido Fundo, evidenciando descumprimento dos códigos estabelecidos na Portaria/TCE nº 914/2008, bem como utilização de fontes distintas para a mesma despesa, nas fases de empenho, liquidação e pagamento (Item 10.3 do Relatório). Análise ocorrida no item 8.11.1 do voto. Ressalvas.

7. Destaca-se que houve divergência entre os índices de saúde informado ao SICAP-Contábil e SIOPS, em desconformidade ao que determina o art. 4º, incisos VIII e IX da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Item 10.4 do Relatório). Análise ocorrida no item 8.12.1 do voto. Ressalvas.

8.3. Determinar ao gestor atual que adote medidas para não incorrer em irregularidades quando da prestação de contas, conforme ocorrências a seguir elencadas:

a) realize o controle da execução da despesa por fonte de recurso, nos termos do artigo 43 da Lei nº 4.320/64 e parágrafo único do artigo 8º c/c inciso I do artigo 50 da Lei nº 101/2000 – LRF, e a correta contabilização dos recursos, em conformidade com o Plano de Contas Único, regulamentado por meio da IN-TCE/TO nº 02/2007, alterada pela IN-TCE/TO nº 12/2012 e demais modificações instituídas por Portaria;

b) faça a conferência dos registros contábeis, inclusive o Controle da Disponibilidade por Destinação de Recurso-DDR de forma a evitar *déficits* irreais em determinadas fontes de recursos;

c) efetue os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, observando os enfoques patrimonial e orçamentário;

d) realize a conciliação dos registros contábeis para não apresentar divergência entre as demonstrações contábeis e demais relatórios da Lei nº 4320/1964 e LRF;

e) elabore as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em consonância com Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público-NBCTSP nº 11 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição;

f) faça o registro da despesa por competência, conforme determina a Resolução Plenária nº 265/2018 e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público;

g) implemente as recomendações expedidas no decorrer deste voto.

8.4. Determinar à Diretoria Geral de Controle Externo que crie mecanismos de acompanhamento da implementação das recomendações/ressalvas contidas nos Pareceres Prévios, incluindo-as no Relatório de Análise Técnica, bem como aquelas contidas no item 8.8.3 a 8.8.3.3, 8.11 a 8.11.2, 8.12.1, 8.14.3 e 8.18 do voto.

8.5. Determinar à Secretaria da Primeira Câmara que dê ciência deste Parecer Prévio à Diretoria Geral de Controle Externo para conhecimento e providências das determinações contidas nos itens anteriores.

8.6. Ressaltar o fato de que a manifestação ora exarada se baseia exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2019.

8.7. Determinar a publicação deste Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

8.8. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas a esta Corte.

8.9. Esclarecer que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas ao julgamento individualizado, quando do exame dos atos dos (as) senhores (as) Prefeitos (as), enquanto ordenadores de despesas.

8.10. Determinar à Secretaria da Primeira Câmara deste Tribunal de Contas que, após o trânsito em julgado, expeça ofício à Câmara Municipal de Goiatins-TO, conforme disposto no artigo 35 do Regimento Interno desta Corte de Contas e, após as providências administrativas, sejam os autos encaminhados à Coordenadoria de Protocolo Geral objetivando arquivamento.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões, em Palmas, Capital do Estado, aos dias 22 do mês de março de 2022



Documento assinado eletronicamente por:

**JOSE WAGNER PRAXEDES, PRESIDENTE (A)**, em 22/03/2022 às 15:02:14, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO N° 01/2012.

---

**DORIS DE MIRANDA COUTINHO, RELATOR (A)**, em 22/03/2022 às 15:56:12, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO N° 01/2012.

---

**MARCOS ANTONIO DA SILVA MODES, PROCURADOR (A) DE CONTAS**, em 22/03/2022 às 13:47:27, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO N° 01/2012.

---

**MANOEL PIRES DOS SANTOS, CONSELHEIRO (A)**, em 22/03/2022 às 14:18:52, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO N° 01/2012.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tceto.tc.br/valida/econtas> informando o código verificador **200294** e o código CRC 986970C